

**Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi -
interrelações com a educação popular**

*Movimiento 21 (M-21): De la violación de derechos a la movilización en Chapada do Apodi
- interrelaciones con la educación popular*

João Paulo Guerreiro de Almeida
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
Limoeiro do Norte – CE, Brasil
Severino Bezerra da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa – PB, Brasil

Resumo

Este trabalho analisa a atuação do Movimento 21 (M21), no contexto da Chapada do Apodi – CE, evidenciando suas articulações com o paradigma da educação popular. Partimos de reflexões acerca das categorias educação popular e movimentos sociais e realizamos uma pesquisa de campo, entre 2015 e 2019, na qual estabelecemos contato com sujeitos vinculados ao M21. Analisamos a V Semana Zé Maria do Tomé (evento anual organizado pelo M21) e outras atividades desenvolvidas por parceiros do M21 no território da Chapada. Percebemos que a atuação do M21 conjuga saberes populares e conhecimentos científicos, problematiza os conflitos socioambientais a nível local e global e promove a resistência junto aos moradores da Chapada do Apodi, permitindo concluir que, embora tenha caráter local, articula-se com a totalidade e constitui uma nova experiência de educação popular e de transformação social.

Palavras-chave: Movimento 21; Movimentos Sociais; Educação Popular.

Resumen

Este trabajo analiza la actuación del Movimiento 21 (M21), en el contexto de la Chapada do Apodi - CE, mostrando sus articulaciones con el paradigma de la educación popular. Partimos de reflexiones sobre las categorías de educación popular y movimientos sociales y realizamos una investigación de campo, entre 2015 y 2019, en que establecimos contacto con temas vinculados al M21. Analizamos la V Semana Zé Maria do Tomé (evento anual organizado por M21) y otras actividades desarrolladas por los socios de M21 en el territorio de Chapada. Nos dimos cuenta de que la actuación del M21 combina el conocimiento popular y el conocimiento científico, problematiza los conflictos socioambientales a nivel local y global y promueve la resistencia entre los habitantes de Chapada do Apodi, lo que nos permite concluir que, si bien tiene un carácter local, se articula con la totalidad y constituye una nueva experiencia de educación popular y transformación social.

Palabras llave: Movimiento 21; Movimientos sociales; Educación Popular.

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

Considerações iniciais

Este trabalho problematiza as resistências e (re)existências que vêm se construindo na Chapada do Apodi, localizada na região do Vale do Jaguaribe, na divisa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, um território de grandes investidas do capital agrícola e de conflitos que demarcam a violação de direitos (terra, água, renda, educação – sujeição dos camponeses ao agronegócio), a saúde do trabalhador e questões sociais (drogas e prostituição). Também marca este ensaio a referência explícita à luta empreendida por José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé, assassinado a 21 de abril de 2010, em virtude de suas denúncias em torno dos desmandos do agronegócio na Chapada do Apodi.

Neste território nasce a denúncia, seguida da resistência e do anúncio, reverberando, assim, em processos educativos que se dão no seio da luta, na prática social. Em particular, este trabalho volta-se à atuação do Movimento 21 (M21), criado em 2010, a fim de dar continuidade à luta empreendida por Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, e contribuir para a articulação e mobilização das comunidades daquele território. De acordo com Freitas (2018):

O M21 é uma articulação que resulta de uma coesão ética e política das lutas atuais do Baixo Jaguaribe, culminada com o avanço das pesquisas acadêmicas e das lutas contra a concentração e grilagem das terras; os problemas relacionados ao uso de agrotóxicos; a precarização das relações de trabalho nas empresas do agronegócio, dentre outros (FREITAS, 2018, p. 259).

O M21 conjuga as forças de segmentos ligados a instituições, a exemplo de movimentos, associações de moradores da Chapada do Apodi, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAAP), as Universidades Federal (UFC) e Estadual (UECE) do Ceará e setores da Igreja Católica do Vale do Jaguaribe vinculados à Teologia da Libertação. Desta articulação forjam-se vários momentos formativos no campo e na cidade, em especial as Semanas Zé Maria, eventos realizados anualmente, no intuito de problematizar as lutas da Chapada e mobilizar os sujeitos históricos deste território. Não obstante, o M21 também marca a conjugação de forças para a ocupação de uma área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi - PIJA, destinada a pequenos produtores locais. Desta ocupação ocorrida a 05 de maio de 2014, resulta o Acampamento Zé Maria do Tomé.

Neste sentido, a Chapada do Apodi vem se tornando um território de resistência, formação política, compartilhamento de saberes, construção de identidades e busca por transformação social. Por estes motivos, as ações desenvolvidas pelo M21 no contexto da Chapada do Apodi são fios condutores da educação popular, realizada junto às classes populares (e não para as classes populares), partindo de suas narrativas, demandas e denúncias, que politizam seus espaços e buscam construir alternativas de resistência e consciência de classe. Sobre as relações entre educação e movimentos sociais, Gohn (2006, p. 2) esclarece que:

[...] designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Torna-se importante discutir a dinâmica da educação no seio dos movimentos sociais, sobretudo em se tratando da educação popular, pois segundo Gohn (2011, p. 30), estas “[...] são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social”. Neste sentido, cabe questionar: como ocorre a articulação de sujeitos históricos na Chapada do Apodi e como esta se constitui em elemento motivador de experiências de educação popular?

Esta pergunta encaminha para o objetivo deste estudo, qual seja: discutir a atuação do Movimento 21 (M21), no contexto da Chapada do Apodi – CE, evidenciando suas articulações com o paradigma da educação popularⁱ.

Para tanto, o trabalho em tela apresenta reflexões teóricas acerca das categorias educação popular e movimentos sociais à luz de Streck (2010), Brandão (1983), Castillo e Latapi (1985) e Gohn (1995 e 2011), refletidas na pesquisa de campo desenvolvida entre 2015 e 2019, mediante o contato com sujeitos vinculados ao M21 e participação na Semana Zé Maria (2015). Ainda foram refletidas atividades de extensão do Projeto “Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana”, vinculado ao Laboratório de Estudos da Educação do Campo - LECAMPO e realizadas no âmbito do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: contextualização sobre a Chapada do Apodi como território de resistência; o M21 como articulador da educação popular, a partir das Semanas Zé Maria do Tomé; as sementes plantadas no território - Acampamento Zé Maria do Tomé e as considerações finais do estudo.

Chapada do Apodi – Território de disputas

Nas últimas décadas, notadamente a partir de 1990, a Chapada do Apodi, localizada na divisa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, vem se tornando um território de diversos conflitos envolvendo pequenos produtores e latifundiários. Em virtude da Política Nacional de Irrigação, houve a implantação de Perímetros Irrigados Públicos no país e, especificamente na Chapada do Apodi, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA) marca a transição de um modelo de produção familiar camponesa a um modelo destrutivo de monocultura de banana, melão e mamão em empresas multinacionais, caracterizado pelo uso massivo de agrotóxicos (e consequente intoxicação de terras, moradores, trabalhadores e animais), expropriação de moradores de suas propriedades e, em casos extremos, a extinção de comunidades circunvizinhas. Com incentivos do Estado em insumos, pacotes tecnológicos e isenção de impostos, este processo se efetivou no Vale do Jaguaribe e na Chapada do Apodi.

De acordo com Freitas (2018, p. 211), a primeira etapa do PIJA era destinada a pequenos e médios produtores e a segunda etapa voltava-se a lotes empresariais. Todavia, a primeira etapa não se deu da forma como deveria.

Com as mudanças político-econômicas e redirecionamento da Política de Irrigação, parte significativa dos pequenos agricultores (irrigantes) que conseguiram adentrar no projeto (por meio de seleção) foram expropriados. Segundo estudo realizado por Freitas e Soares (2005) e atualizado por Freitas (2010), a expropriação da área-piloto e primeira etapa correspondeu a 81%, nesse período. Do total de 316 irrigantes selecionados, 255 foram expropriados, restando 61 no projeto, o que corresponde a 19% desse número.

Expropriados de suas terras e a partir de então organizados na Associação de Ex-Irrigantes do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (AIJA), moradores de diversas comunidades da Chapada do Apodi assistiram à execução da segunda etapa do PIJA e à implantação de lotes empresariais de fruticultura irrigada (FREITAS, 2018). Os resistentes, que não optaram pela desapropriação via Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

- DNOCs, vivenciaram um período de investidas do agronegócio a fim de retirá-los de suas propriedades, seja pelo convencimento ou pela ameaça. Lima, Vasconcelos e Freitas (2011, p. 11) refletem sobre a questão:

Após a expansão da empresa multinacional, a expulsão das famílias tornara-se inevitável, conforme conta uma moradora: “A empresa assombrou primeiro, dizendo que o veneno matava e o enxofre fazia mal, aí todo mundo ficou com medo e foi embora”. O uso do enxofre foi uma das principais estratégias da empresa para a “expulsão” das famílias, que se obrigaram a vender as terras pelos preços por ela estabelecidos.

A ameaça aos moradores foi precedida pela tentativa de convencimento acerca da importância das empresas para o desenvolvimento da Chapada do Apodi. A resistência por parte de alguns moradores em deixar suas propriedades barganhadas pelo agronegócio também ocasionou conflitos com os latifundiários. Assim, somam-se diversas problemáticas suscitadas desde a implantação das empresas de fruticultura irrigada na Chapada do Apodi, das quais destacamos duas: a **expropriação**, já comentada, e a **pulverização aérea** que acarretou diversas implicações na saúde pública/saúde do trabalhador, uma vez que o quadro de funcionários das empresas era diverso e composto de assalariados do campo (sobretudo moradores da Chapada do Apodi) e da cidade. Destacam-se ainda casos de envenenamento de animaisⁱⁱ nas comunidades circunvizinhas às empresas, intoxicação e morte de trabalhadores e moradores da Chapada do Apodi, crianças com má formação congênita, bem como a contaminação da águaⁱⁱⁱ e do ar^{iv} naquele território (FREITAS, 2018).

Com relação à saúde pública, é importante destacar que pesquisas do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - TRAMAS, da Universidade Federal do Ceará - UFC, constataram que Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova, municípios onde há perímetros irrigados, existe incidência de 38 % a mais de casos de câncer e 40% a mais de abortos, se comparados a outros 12 municípios do Vale do Jaguaribe em que predomina a agricultura de sequeiro. Não é coincidência que os três referidos municípios abriguem Perímetros Irrigados, quais sejam: Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN), Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas e Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (RIGOTTO, 2011).

Com relação à gestão dos recursos hídricos, Moreira (2018) constatou que, semanalmente, era destinado um caminhão pipa para abastecer 105 famílias do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi; na linha contrária, diariamente, destina-se o equivalente a 3175 carros pipas às empresas de fruticultura irrigada da Chapada do Apodi. Silva (2014)

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

constatou o aumento de casos de prostituição, violência e uso de drogas no contexto da comunidade de Lagoinha, Quixeré, também na Chapada do Apodi. Tal espaço abrigava uma empresa de fruticultura. Todas estas problemáticas, sejam as constatadas em estudos mais recentes e multidisciplinares ou as evidenciadas por Freitas (2010; 2018), denotam a violações de direitos na Chapada do Apodi, todavia isto não ocorreu/ocorre sem a resistência das comunidades.

A denúncia já era percebida nas falas de José Maria Filho, líder ambiental conhecido como Zé Maria do Tomé, que deu ressonância à expropriação de pequenos produtores na implantação do PIJA; e, de forma empírica, inferiu sobre a ligação entre a pulverização aérea e a intoxicação da população ou envenenamento de animais, posteriormente comprovada em estudos científicos. A voz de Zé Maria do Tomé ecoava em audiências públicas, assembleias na Associação de Ex-Irrigantes do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (AIJA) e em momentos diversos de problematização sobre a violação de direitos na Chapada do Apodi. Freitas (2018, p. 216) destaca uma fala de Zé Maria numa audiência pública realizada em 2008 na comunidade do Tomé/Chapada do Apodi:

Nós aqui na Chapada nós temos detectado por a COGERH de Fortaleza três poços aqui na comunidade comprometida com agrotóxicos em altíssimo grau de agrotóxicos. Que nós tamo consumindo uma água superperigosa. E chegou notícias aqui que de onde nós bebe nossa água tiraram uns cinco ou seis sacos de peixe morto, contando que a quatro ano, em 2004 aconteceu a mesma coisa na piscina a qual abastece a comunidade de Tomé, onde morreram peixe, galinha, cachorro e outros. **Então gente, vamos levantar, vamos se erguer, que a coisa é séria.**

Em sua fala, carregada de denúncia e indignação, também repercute o convite à articulação e à mobilização para transformar aquela realidade. Em entrevista a um membro do M21, este relata que a luta de Zé Maria se deu:

[...]por conta dos venenos jogados em cima da sua casa, das suas famílias, da comunidade e ele fez uma mobilização grande junto à comunidade pra que [o município] fizesse uma lei contra a pulverização aérea em Limoeiro do Norte. Essa lei durou seis meses no ano de 2009. Então Limoeiro passou esses meses sendo a única cidade do Brasil, a primeira cidade no Brasil e no mundo a ter uma lei específica proibindo a pulverização aérea no seu território.

Embora a Câmara Municipal tenha atendido às reivindicações das comunidades da Chapada em torno da lei contra a pulverização aérea, esta foi revogada um mês após a morte de Zé Maria, em 2010. Zé Maria do Tomé foi assassinado no dia 21 de abril de 2010,

alvejado com 20 tiros, a caminho de sua casa, na estrada que liga as comunidades Cabeça Preta e Tomé, ambas na Chapada do Apodi, por denunciar o uso abusivo de agrotóxicos no plantio das empresas de fruticultura irrigada instaladas ao redor das comunidades. A síntese do fato:

O agronegócio havia mandado um recado para as comunidades da Chapada e para os que defendem suas vidas: "não interfiram, não atrapalhem nossos lucros!", não importando se são obtidos às custas de vidas humanas. O recado veio acompanhado de mais de 20 projéteis cravados no corpo do nosso companheiro que o fizeram tombar, misturando o vermelho do seu sangue como o vermelho do solo defendido, e ao sangue sugado de milhares de trabalhadores em serviços precários e desumanos (Nota do Movimento 21 de Abril, 2020).

O assassinato de Zé Maria evidencia a tentativa de cercear a luta contra os desmandos do agronegócio, mas também marca um movimento contrário: o da resistência coletiva. Após certo momento de temeridade, como atestam Almeida et al. (2020), dá-se início a um processo de resistência e (re)existência no seio destas tensões no território. Marca este momento a criação do Movimento 21, sobre o qual dissertamos a seguir.

“Zé Maria, presente, presente, presente. Até quando? Sempre, sempre, sempre” - A educação popular e o M21

O Movimento 21 de abril (M21) foi criado em 2010, a partir do assassinato de Zé Maria do Tomé e objetiva levar adiante a luta empreendida pelo líder ambiental da comunidade Tomé, Chapada do Apodi, bem como cobrar as autoridades sobre a apuração do caso e punição aos envolvidos. Trata-se de um movimento social local, cuja atuação também implica diretamente numa perspectiva global. De acordo com Streck (2010, p. 302), os movimentos sociais:

a) são ações coletivas, com certo nível de organização; b) são portadores de uma rebeldia que impulsiona as mudanças na sociedade; c) são localizados, respondendo a desafios específicos de uma classe, de um grupo social, de uma questão social emergente; d) são ao mesmo tempo portadores de uma preocupação essencial, de caráter universal, que no caso seria a busca de humanização; e) são lugares de constituição do homem e da mulher como sujeitos.

Frente à definição de Streck (2010), é importante refletir sobre o papel do Movimento 21 no território de resistência que vem se construindo na Chapada do Apodi. De acordo com Carvalho (2013, p. 252): “O Movimento 21 constitui-se como expressão de reação ao avanço do capital no campo brasileiro”, avanço este que articula um processo

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

combinado de desenvolvimento no campo e des-envolvimento com o campo vivido, ao que Freitas (2018) entende como sujeição do camponês ao capital agrícola. Mendes, Carvalho e Freitas (2015, p. 97) assim compreendem a ação do M21:

O Movimento 21, que parte da Utopia de Paulo Freire – conjugar a denúncia do modelo desumanizante do capital ao anúncio de outras formas humanizantes, a exemplo da agroecologia e do bem viver –, tem protagonizado as resistências no Baixo Jaguaribe, unindo as lutas dos trabalhadores(as) assalariados(as) ao lugar histórico dos(as) camponeses(as) nessa região.

Após o assassinato de Zé Maria, houve certo clima de temeridade, posteriormente acompanhado da necessidade de organização coletiva dos sujeitos históricos da Chapada do Apodi junto a grupos universitários, associação de advogados populares e setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação. Inicialmente, as ações marcaram momentos mensais de reuniões, protestos^v e lembranças à luta de Zé Maria, o que se seguiu durante o ano de 2010. Todavia, era necessário dar maior visibilidade ao caso, uma vez que aceitar a morte de Zé Maria também implicaria em aceitar as diversas injustiças e violações de direitos nela imbricada.

O “recado” foi entendido, sim, porém, de outra forma, pois do sangue que ensopou o solo da Chapada brotaram novos sonhos, para serem sonhados juntos. A resistência e a luta se fortaleceram. Ficou entendido que esse território foi usurpado de seus legítimos donos e que é necessário reapropriá-lo e fazer desse território o lugar da agricultura camponesa, familiar, agroecológica. Enfim, o lugar para produzir alimentos e Vida. E o sangue derramado fez nascer o Movimento 21 de Abril, abrigando e unindo num só coletivo, as vozes de muitos outros lutadores que, a partir de então, deram início a uma jornada de lutas em várias frentes, unindo campo e cidade, peões e pesquisadores, donas-de-casa e acadêmicas, agricultores e sindicalistas que, juntos, constroem todo ano, a Semana Zé Maria do Tomé. (Nota do Movimento 21 de Abril, 2020).

As resistências protagonizadas pelo M21 partem da organização dos sujeitos históricos da Chapada do Apodi na perspectiva da mudança social e questionam o modelo de agricultura de mercado, como também constituem uma plataforma de denúncia aos demandas do agronegócio naquele território e o anúncio da resistência a este modelo. Assim, vem se configurando como forte motivador do paradigma freireano de educação popular. Um bom exemplo desta articulação é a Semana Zé Maria do Tomé.

O Movimento 21 continuou essa batalha, esse legado, essa história de defesa do meio ambiente, do ecossistema e das comunidades da Chapada do Apodi. Por todo esse tempo, a cada ano, fazia a Semana Zé Maria do Tomé, pra trazer essa memória e essa luta e essa resistência dele. E essas instituições que compõem o Movimento 21, que é a Cáritas, que é a FAFIDAM, que é a UECE, o TRAMAS-UFC, o Lecampo, o NATERRA, a OPA, o MST, CSP Conlutas continuam essa batalha em apoio às comunidades (Membro do Movimento 21).

Em 2011, tem início a primeira Semana Zé Maria do Tomé, que consiste em um evento anual, organizado pelo M21 e parceiros, a fim de problematizar a realidade do Vale do Jaguaribe, ao passo que articula e mobiliza sujeitos históricos da Chapada do Apodi. Desde o planejamento à execução das atividades, a Semana Zé Maria vem se mostrando um espaço promissor de educação popular, tendo em vista a construção coletiva e compartilhada do evento e teor crítico da abordagem. Em suas programações, as problemáticas e denúncias feitas por Zé Maria são apresentadas, à luz de estudos científicos articulados aos saberes populares, de forma educativa, crítica e acompanhadas em função do percurso de construção e compromisso com a luta.

Tomando como recorte a programação da V Semana Zé Maria, realizada de 20 a 25 de abril de 2015, podemos observar a diversidade de temáticas discutidas. O quadro a seguir reúne, de forma sucinta, as atividades do evento, com suas respectivas temáticas e locais de realização.

Programação da V Semana Zé Maria (2015)

ATIVIDADE	TEMÁTICA	LOCAL
Debate	“Água, direito e participação: Água do Aquífero Jandaíra”	Comunidade do Tomé, Chapada do Apodi
Romaria dos Mártires	Ato no local em que Zé Maria foi assassinado e caminhada até o Tomé. Celebração dos mártires	Comunidade do Tomé, Chapada do Apodi
Oficina	“Arte e cultura nas lutas sociais”	Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi
Lançamentos de livros	1) Cartilha da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sobre o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos – Pronara; 2) Livro do Dossiê Agrotóxicos da Abrasco. 3) “Agronegócio e luta de classes”	Auditório da FAFIDAM/UECE
Palestra	“Estado e injustiça ambiental”. Deputado. Renato	FAFIDAM/UECE

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

	Roseno (PSOL).	
Mesa Redonda	“Mulheres, Saúde e Território” - Lourdes Vicente (MST), Socorro Oliveira (Moradora da Comunidade Tomé), Mayara Melo (Núcleo TRAMAS), Prof ^a Conceição Maria (Fafidam)	FAFIDAM/UECE
Mesa Redonda	“Violência de estado, repressão aos movimentos e luta pela desmilitarização”	
Roda de Conversa	Movimentos sociais do Ceará e Rio Grande do Norte. MST, Cáritas, CSP Conlutas, Anel, OPA, Movimento 21, TRAMAS (UFC), LECAMPO (FAFIDAM/UECE) e demais movimentos populares interessados.	FAFIDAM/UECE
Exibição de Vídeo	“Doce veneno nos campos do senhor” – Conexão Repórter.	FAFIDAM/UECE
Audiência Pública “Contra o uso abusivo de agrotóxicos”	Audiência Pública “Contra o uso abusivo de agrotóxicos” *Com Transmissão simultânea por Vídeo-Conferência	Assembleia Legislativa do Ceará e FAFIDAM/UECE
Seminário	“50 ANOS da Educação Popular: educação como ato político” / Diálogo com ex-participantes da experiência de alfabetização de adultos em Angicos (1963)	FAFIDAM/UECE e Visita à cidade de Angicos/RN

Fonte: Os autores, 2021.

Conforme podemos visualizar no registro acima, a programação da V Semana Zé Maria do Tomé conjuga uma diversidade de temáticas pertinentes ao contexto local e global, que revelam e problematizam questões concernentes à gestão de recursos hídricos, gênero e participação feminina nas lutas, saúde do trabalhador, arte e educação, movimentos sociais. Todas estas problemáticas, como apresentado na contextualização deste trabalho, compõem o cenário de luta na Chapada do Apodi, uma luta não encerrada com a morte de Zé Maria. Na programação e na execução do evento, constitui-se um espaço promissor de educação popular. Segundo Brandão (1983, p. 51-52):

Três tendências sucessivas podem ser reconhecidas: 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho

político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento. Neste último caso, a educação popular realiza-se independentemente da presença do educador erudito. Ele pode participar aportando, com o seu conhecimento, informações e interpretações que, a partir dos seus problemas colocados pelas e nas situações de trabalho popular, explicitam e fortalecem o saber popular.

Na concepção de Castillo e Latapi (1985, p. 21), a educação popular tem como paradigma de partida um olhar contextualizado e atravessado pela realidade concreta dos sujeitos históricos locais. Para isto, “[...] acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. [...] Se a realidade social é o ponto de partida do processo educativo, este volta-se a ela para transformá-la” (CASTILLO; LATAPI, 1985, p. 22). Isto faz sentido quando se trata da ação do Movimento 21, pois observando a programação da Semana Zé Maria, fica evidente que esta é composta por atividades ricas em sentido e significado para os sujeitos históricos da Chapada do Apodi, uma vez que constituem a retomada ao seu cotidiano, problematizando-o, buscando a superação das adversidades a partir da articulação e mobilização das comunidades a fim de construir territórios de resistência e mudança social na Chapada.

Sua realização se dá em locais diversos, como a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, Comunidades da Chapada do Apodi, Acampamento Zé Maria do Tomé, Escolas Públicas Municipais e Estaduais, e tem a participação de sujeitos diversos: moradores das comunidades da Chapada do Apodi, professores da educação básica e professores da UFC e UECE, movimentos sociais, dentre outros. Arriscamos afirmar que vemos na Semana Zé Maria uma retomada à Pedagogia do Oprimido de Freire.

Castillo e Latapi (1985, p. 22), ao sintetizarem o paradigma da educação popular, trazem o elemento participação como fundamental para a conscientização e transformação social.

A educação popular baseia-se no processo de participação. [...] Qual é a especificidade da participação na educação popular? Pode-se salientar três dimensões: - A participação como condição do êxito do processo educativo. Só se existir a participação aberta, ampla e constante na totalidade do projeto, pode-se alcançar os objetivos da educação popular; - A participação, como atitude e ação permanente; - A participação como ação orientada para garantir a autenticidade do processo. O controle da dinâmica social que afeta os oprimidos está fora de seu alcance. A educação popular

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

busca maior nível de intervenção nessas dinâmicas e na produção do projeto popular. Isto deve começar no próprio processo educativo.

A participação, seja nas Semanas Zé Maria ou nas demais ações do M21, é um processo educativo e vem se percebendo como elemento fundamental para a construção de uma identidade de luta. Tomando como exemplo uma atividade do evento, a Romaria dos Mártires, percebe-se neste espaço um continuum de denúncia, resistência e anúncio. Partindo do local de morte de Zé Maria, em direção à comunidade Tomé, diversos sujeitos históricos caminham e ecoam gritos e cantos de resistência. No percurso, lembram-se as diversas lutas e lutadores do povo. Nomes como os de Chico Mendes, Irmã Dorothy Stang, Tiradentes e Zé Maria do Tomé, que representam a luta pela terra, são conclamados na marcha.

Ao chegar à Comunidade do Tomé, um grito: “Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós, falando por você, já que calaram a sua voz! / A Chapada é nossa, a Chapada é do povo; é só lutando que será nossa de novo”. A atividade culmina com uma visita ao memorial da Chapada do Apodi e celebração na praça da comunidade Tomé.

Assim, a atuação do Movimento 21 no território da Chapada do Apodi não se restringiu/restringe às Semanas Zé Maria, que são momentos de articulação, resistência e aprendizados para e na luta. O contato mais direto com os sujeitos da Chapada, em momentos posteriores ao evento, tem sido fundamental para buscar romper com a narrativa desenvolvimentista do agronegócio, que naquele contexto promove injustiça social e violação de direitos. O membro do Movimento 21 alerta para a importância de processos educativos emancipatórios no território:

Isso tudo só foi possível pelo processo educativo de disputa da consciência que se teve em todo esse período. A gente publicou um almanaque, tivemos livros, cartilhas, cordel, que é uma linguagem mais fácil para disputar a consciência da comunidade, o teatro, os filmes, o cinema, usamos vários métodos educativos de linguagem fácil pra chegar às comunidades e aos trabalhadores das empresas explorados, envenenados, e também à grande população. Mas só foi possível também dialogar, porque nesse período todo houve uma questão que demarca muito, que é questão da relação saúde-educação, o grande número de trabalhadores adoecidos, inclusive mortos, como o caso trabalhador Vanderley, que foi morto por conta do veneno; também consideramos o alto índice de pessoas com câncer na cidade de Limoeiro do Norte. Então isso fez um diálogo mais próximo da população, porque é comum, aqui em Limoeiro do Norte, cada família ter uma pessoa doente de

câncer, ou então com problema de pele, de desgaste físico por conta do trabalho excessivo nas empresas.

Em nosso entendimento, essa “disputa de consciências” citada pelo entrevistado diz respeito à disputa de narrativas na Chapada do Apodi: de um lado, o agronegócio, que alega promover o desenvolvimento do território; do outro lado, os empobrecidos e silenciados com a chegada das empresas, com suas forças de trabalho exploradas, com a saúde comprometida e a dignidade roubada. Esta disputa de narrativas vai ao encontro da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, que é realizada junto aos oprimidos e não para eles, não é doação, e visa à libertação de todos. Para isso, pressupõe um movimento dialógico, que problematize as questões do território e busque a tomada de consciência e consequente processo de conscientização. Trata-se de uma pedagogia em que a conscientização ocorre junto à práxis, entendida como teoria e prática para a transformação social (FREIRE, 2019).

Freitas (2018) aponta a Chapada do Apodi, e sobretudo a comunidade do Tomé, como um espaço político, pois neste território começa a denúncia de Zé Maria e se constroem novos projetos de sociedade, novas sementes de luta. O Acampamento Zé Maria do Tomé é uma delas.

Acampamento Zé Maria do Tomé - um anúncio

Importa salientar que o M21, em suas ações, também se articula a outros movimentos ou coletivos sociais. Em sua trajetória, teve papel fundamental no processo de ocupação de terras no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí (PIJA) e apoio na criação do Acampamento Zé Maria do Tomé, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a 05 de maio de 2014, abrigando inicialmente 1070 famílias acampadas (MENDES, CARVALHO e FREITAS, 2016, p. 102).

Dentre as várias tentativas de reintegração de posse pelo Estado e diante das investidas no agronegócio na expropriação/expulsão de acampados, o Acampamento Zé Maria do Tomé vem resistindo e produzindo com sustentabilidade. Localizado em terras antes ocupadas pelas empresas de fruticultura irrigada, atualmente conta com aproximadamente 150 famílias oriundas de comunidades da Chapada do Apodi (ALMEIDA *et al.*, 2020). Na perspectiva de Fernandes e Cassundé (2018, p.540), o Acampamento Zé Maria do Tomé pode ser considerado um Movimento Socioterritorial. Assim explicam:

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

O conceito de movimento socioterritorial [...] é utilizado para estudar as organizações que tem o território como condição de existência. Essas populações desenvolvem seus territórios a partir de seus modos de vida compostos pela multidimensionalidade em que conhecimento, cultura, trabalho, economia, política, mercado, ambiente e tecnologia são construções sociais que confrontam com o modo de produção capitalista. A produção de territórios capitalistas através da territorialização do agronegócio desterritorializa essas populações. A luta pela terra por meio das ocupações de terras impulsiona a reforma agrária na conquista ou recuperação de territórios no processo territorial TDR (Territorialização, desterritorialização, reterritorialização). No interior desse processo há dois tipos de movimentos socioterritoriais, o movimento que luta para conquistar a terra, quando o movimento disputa territórios do latifúndio e do agronegócio e movimentos que resistem na terra, quando o latifúndio e o agronegócio disputam territórios dos movimentos socioterritoriais.

Tomando o contexto da Chapada do Apodi, esta definição de movimento socioterritorial faz jus ao cotidiano de luta pela terra e permanência no Acampamento Zé Maria do Tomé, pois conforme afirmam Fernandes e Cassundé (2018, p. 544), disputam-se territórios “[...] com corporações internacionais como a Del Monte e corporações nacionais como a Tropical Nordeste Fruit Agroindústria em sociedade com a Fyffes, gigante multinacional na exportação de banana, localizada no distrito de Tomé”. As famílias resistentes e (re)existentes buscam na transição agroecológica a (trans)formação do modelo de agricultura predominante. Paulatinamente, produzem sem (ou com pouco) uso de veneno, com vistas ao consumo interno do Acampamento e à venda na Chapada do Apodi ou na zona urbana do município de Limoeiro do Norte.

Embora seja uma conquista, ainda existem desafios, a exemplo da venda por atravessadores, que compram suas produções a preços irrisórios para fins da revenda nas Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA, em Fortaleza. Isto já atesta que, mesmo num contexto de transição agroecológica e muita resistência por parte dos acampados, ainda há um processo de sujeição da renda ao capital (FREITAS, 2018). Desta forma, necessita-se caminhar para novas contestações, as quais se voltam ao papel do Estado no fortalecimento de políticas públicas de apoio ao pequeno produtor.

Um destaque importante deve ser feito à articulação entre o M21, a universidade e os acampados neste processo. Carvalho (2013, p. 257) afirma que “[...] a partir da elaboração de saberes entre os vários movimentos sociais e os grupos de pesquisa, com professores e

alunos universitários se descortina um fazer científico diferenciado, crítico e atuante”, que contribui à formação política dos sujeitos do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Um exemplo se dá na extensão universitária, a partir do projeto *Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana*, que objetiva fortalecer a luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais resistentes do Acampamento Zé Maria do Tomé, num trabalho interdisciplinar que envolve os cursos de Pedagogia, História e Geografia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, vinculados ao Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO. Construído a partir das demandas do Acampamento, teve ações voltadas à:

[...] capacitação dos acampados e acampadas que apresentaram como demanda inicial a formação em agroecologia. Oliveira (2016) contribuiu nesse processo com o minicurso intitulado “Construindo a Transição Agroecológica”, o qual teve como objetivo proporcionar aos sujeitos do Acampamento o contato com os princípios da agroecologia e discussões a respeito da transição agroecológica. Em 2019, houve uma formação voltada à permacultura, ministrada pela professora Brisa Cabral, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (ALMEIDA, 2020, p. 14).

Desta relação entre o Acampamento e a universidade também nasceram as Feiras de Transição Agroecológica, na ocasião do I Encontro de Extensão da FAFIDAM (2015), com vistas a comercializar a produção do Acampamento Zé Maria do Tomé. Como iniciativa dos acampados e acampadas, outras ações coletivas vêm acontecendo: a organização de uma plantação em mandala; a criação do Grupo “Mãos que Criam”, pelas acampadas, a partir do qual surge a Feira de Mulheres, realizada na Comunidade do Tomé, “momento em que as acampadas utilizam para expor e vender as produções advindas dos seus quintais produtivos e do Grupo Mãos que Criam. Dos seus saberes, resultam produtos à base de alimentos como xaropes, doces, molhos, etc, e ainda produtos artesanais como peças feitas em crochê” (ALMEIDA et. al., 2020, p. 14).

São mãos que criam, cuidam, afagam, resistem ao agronegócio e ao patriarcado. Mãos que apertam outras mãos, na luta pela superação das adversidades. Corpos que denunciam e anunciam. Deste diálogo de saberes entre as classes populares e a academia, resultam processos educativo-políticos, formais ou não-formais, de caráter libertador. O próprio paradigma freireano de educação perpassa esse cotidiano de luta da Chapada do Apodi, uma vez que categorias centrais da educação popular como diálogo,

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

conscientização, libertação, identidade, totalidade compõem o cotidiano desse território de resistência.

Uma luta ganha ressonância com a voz de Zé Maria, que uma vez calada não gerou o silêncio. Pelo contrário, outras vozes, outros gritos passaram a ecoar na Chapada do Apodi. Daquele território aparentemente sem lei, em que se costumava observar a pulverização aérea e a intoxicação/envenenamento de comunidades, de animais, do solo, do ar e da água, também nasce a força para cobrar uma legislação que limitasse os desmandos do agronegócio.

Em dezembro de 2018, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 18/15, de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL), que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará, posteriormente sancionado pelo governador Camilo Santana, como lei estadual 16.820/19, Lei Zé Maria do Tomé. Neste contexto, o Ceará tornou-se o primeiro estado do país a adotar essa legislação em favor da saúde pública e da proteção ambiental. Um recado foi dado pelo M21: “É o nosso direito à vida, à saúde e ao meio ambiente. Isto vale mais que o emprego para poucos, mal remunerado e insalubre, ofertado por agroempresários” (Movimento 21).

Outras ações do Movimento, tais como a criação do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 (GPM21), a partir do qual foi lançado o dossiê Perímetros Irrigados, denunciou a violação de direitos em função da implantação de Perímetros Irrigados no Ceará e no Rio Grande do Norte, nas últimas quatro décadas (FREITAS, 2018, p. 267). No caso da Chapada do Apodi, a produção acadêmico-científica multidisciplinar, seja do GPM21 ou de demais pesquisadores, vem contribuindo de forma significativa para ampliar as discussões acerca do território e compor a fundamentação de novas denúncias no Ministério Público. A propósito, foi desta relação entre o saber popular e o conhecimento científico que se embasaram as denúncias feitas por Zé Maria do Tomé, ainda nos anos de 2008 e 2009.

Considerações Finais

Este trabalho perseguiu a seguinte questão de estudo: Como ocorre a articulação de sujeitos históricos na Chapada do Apodi e como esta se constitui em elemento motivador de experiências de educação popular?

No desenvolver de nossa argumentação, compreendemos que diante da atuação do Movimento 21 e demais parceiros^{vi}, que nasce da contestação do *status quo*, vem-se

semeando a resistência camponesa, o fortalecimento da convivência com o semiárido e a permanência no campo, bem como a construção de uma identidade camponesa - historicamente uma identidade de luta e resistência - dos sujeitos do território. Em se tratando do contexto da Chapada do Apodi, este processo extrapola as dinâmicas locais, portanto, deve ser combinado com políticas públicas de desenvolvimento no campo, uma vez que ainda prevalece naquele território a privatização de recursos hídricos e a desresponsabilização do Estado no que concerne à oferta de insumos e incentivos à compra de material para o pequeno produtor, sobretudo aqueles vinculados ao MST, no Acampamento Zé Maria do Tomé. Para tanto, a mobilização social e o elemento participação, expressos em Castillo e Latapi (1985), vem sendo fundamentais.

No paradigma da educação popular, este movimento de retorno às identidades e culturas camponesas, convivência com o semiárido e produção agroecológica também vem se constituindo como um fio condutor de problematização da realidade do território e impulsionador à luta contra os desmandos do agronegócio e violação de direitos na Chapada do Apodi. Assim, este processo também é político e se volta à reforma agrária e consequente transformação social. A Lei Zé Maria do Tomé, anteriormente citada, foi fruto da pressão social na luta contra os impactos sócio-ambientais da Política Nacional de Irrigação, particularmente da implantação de empresas de fruticultura irrigada.

Assim, embora trate-se de um movimento local, as ações do M21 podem impactar diretamente no macro: no diálogo e na troca de experiências com outros territórios de conflitos sócio-ambientais; na denúncia à violência no campo, mas também na construção de estratégias de resistência em rede, as quais podem culminar em legislações e políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no campo, bem como na socialização de experiências agroecológicas.

Dado o contexto em tela, resta claro que, dos saberes nascidos da luta e da cultura popular em diálogo com conhecimentos acadêmico-científicos, também se forjam e se reafirmam outros sujeitos e outras práxis voltadas à transformação social. Como explicitado, a Educação popular vem sendo constantemente requerida nesse território de luta e proporciona elementos para a resistência camponesa, a partir da conscientização e da práxis libertadora. Zé Maria vive.

Referências

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; MOREIRA, Lunian Fernandes; BRITO, Ângela Thaís da Silva; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi Mendes; OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. Acampamento Zé Maria do Tomé: lutas sócio-ambientais e saberes que se constroem na Chapada do Apodi – CE. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e277997378, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7378. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7378>. Acesso em: 17 dec. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Movimento 21: Aprendizados em novas formas de resistência social à lógica do mercado**. In: Palhares, J. A & Afonso, A. J. (Orgs.). Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2013.

CASTILLO, Alfonso; LATAPI, Carlos. **Educação de adultos na América Latina**. Campinas: Papirus, 1985.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira. Movimentos socioterritoriais no Matopiba e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 533-548, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018, 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010, 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação [online]**, vol.16, n.47, pp.333-361, 2011.

_____. Educação não formal na pedagogia social. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

LIMA, Luis Cruz; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Os Novos Espaços Seletivos no Campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011

MENDES, José Ernandi; CARVALHO, Sandra Gadelha de; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21. In: DA FONTOURA, Jara Lourenço et. al. **Vozes do campo: ressignificando saberes e fazeres**. 2. ed. – São Leopoldo: Oikos, 2016. cap. 4, p. 87-105.

MOREIRA, Amanda Gonçalves. **Apropriação desigual da água na Chapada do Apodi: espoliação, privatização e exportação**. 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Edições UFC: Expressão popular, Fortaleza, 2011.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE**. 2014, 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2014.

STRECK, Danilo Romeu. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 44, maio/ago., 2010

SOUSA, Maria Gizeuda de Freitas. **Avaliação do herbicida glifosato presente na atmosfera**. Estudo de caso: município de Limoeiro do Norte – CE. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado Tecnologia e Gestão Ambiental) – Curso de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2015.

Notas

ⁱ Este contexto também abriga outras experiências de educação popular anteriores ao M21, como o Muro das Lamentações e a Árvore dos Sonhos (Comunidade do Tomé), onde a comunidade se propõe a denunciar as aflições ocasionadas pela ação do agronegócio na Chapada, bem como anunciar suas lutas e sonhos; a construção coletiva da Cartilha “Uma viagem pela Chapada” (Cáritas e moradores das comunidades da Chapada do Apodi) e o Memorial da Chapada, que também merecem destaque e análise em outros estudos.

ⁱⁱ Uma moradora da Comunidade Tomé, Chapada do Apodi, relata que perdeu 80 galinhas de sua criação em uma tarde, na ocasião de pulverização aérea.

ⁱⁱⁱ Rigotto (2011), em análise cromotográfica realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, em 23 amostras de água coletadas nos reservatórios da Chapada do Apodi, constatou que todas as amostras estavam contaminadas com três a seis agrotóxicos utilizados em plantio nas empresas.

^{iv} Sousa (2015) encontrou glifosato no ar da zona urbana do município de Limoeiro do Norte (IFCE e Campo Florestal, ambos distantes cerca de 20 km da Chapada); glifosato é um composto cancerígeno e encontra-se em herbicidas.

Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a educação popular

^v Em dezembro de 2010, um protesto com 240 velas com o nome “justiça” foi colocado na calçada da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, em referência aos oito meses da morte de José Maria Filho (MELQUÍADES JÚNIOR – REPORTAGEM DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

^{vi} Em 2020, a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, com sede em Tabuleiro do Norte, passou a fazer parte do M21. A referida escola oferta, de forma voluntária, um curso Técnico em Agropecuária, num viés agroecológico. Como atividade desenvolvida pela Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana - AEFAJA, teve início no mesmo ano, o Projeto Sementes da Vida, que beneficiará cerca de 1.330 pessoas diretamente e 6.650 pessoas indiretamente, ampliando seus estoques de sementes crioulas e desenvolvendo 16 novas Casas de Sementes nativas. Assim, a atuação da EFA, ao articular a formação em agropecuária ao trabalho com pequenos agricultores através do Projeto Sementes da Vida, bem como na construção desta rede de resistência junto ao M21, pode se constituir num elemento fundamental para redesenhar as práticas de agricultura no território.

Sobre os autores

João Paulo Guerreiro de Almeida

Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Pedagogo e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Limoeiro do Norte.

E-mail: joaopaulo.guerreiro@ifce.edu.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3055-8182>

Severino Bezerra da Silva

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), linha de pesquisa em Educação Popular e graduações de Pedagogia, História e Ciências Sociais.

E-mail: severinobsilva@uol.com.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3062-6640>

Recebido em: 21/06/2021

Aceito para publicação: 22/07/2021